

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE

-----Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e dezasseite, pelas vinte horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. PROCESSO N.º 06-23/2016 – REQUERENTE - Alfilpedra – Sociedade de Extração e Transformadora de Pedra, Ld.º, requer a Declaração Fundamentada do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização dos anexos e ampliação da exploração da pedreira denominada "Cabeça Gorda n.º 6", sita em Serro ventoso; (apreciação, discussão e votação) -----

-----2. PROCESSO N.º 06-6/2017 – REQUERENTE - Bentos – Indústria de Mármore, Ld.º, requer a Declaração Fundamentada Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação da exploração da pedreira n.º 6932, sita em Espinheiro, freguesia de São Bento; (apreciação, discussão e votação) -----

-----3. PEDIDO DE AQUISIÇÃO DA ÁREA DE 2.407,65 M², RELATIVA AO CAMINHO URBANIZADO ENTRE OS LOTES 3 E 4 E OS LOTES 5, 6 E 7 DA ZONA INDUSTRIAL DO JUNCAL, COMILONGO, FREGUESIA DO JUNCAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS – DOMÍNIO PÚBLICO – Presente uma carta da Sociedade Casal & Carreira Biomassa, S.A., a manifestar interesse em adquirir, os 2.407,65 m², pertencentes ao Domínio Público, relativos aos caminhos existentes com início na rotunda, e entre os lotes 3 e 4, e os lotes 5, 6 e 7 da Zona Industrial do Juncal; (apreciação, discussão e votação) -----

-----4. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2016; (apreciação, discussão e votação) -----

-----5. Informação nos termos da alínea c), n.º 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro; (para conhecimento) -----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:** -----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Maria Lídia Vieira Santos Coelho Semião (PS – falta justificada).-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a dizer que queria fazer um reparo relativamente à ata que foi rececionada pelos senhores membros desta Assembleia, pois lá consta *Carlos Cordeiro como Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra e não de Serro Ventoso* como efetivamente é, referindo que este lapso está devidamente corrigido na redação final.-----

-----**Carlos Cordeiro** pediu a palavra para dizer que na página 420 se refere que o "*Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso respondeu sobre a questão dos trabalhos de requalificação...*" referindo que não foi ele que respondeu mas sim o senhor Presidente da Câmara. Disse ainda que, na página 427, aquando da sua intervenção, falta a referencia ao facto de ter questionado o executivo sobre não ter reunido com os presidentes de junta antes de ter elaborado o orçamento, para saber se estavam todos satisfeitos com as verbas que as Juntas de Freguesia iam receber.-----

-----**Filipe da Conceição Batista** usou também da palavra dizendo que a cópia da ata que recebeu está numerada a partir do numero 1, e que na página 4 onde se lê "*Quanto à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra sobre a estrada que liga Covão de Oles a Alcaria e tendo em conta a complexidade dos trabalhos, apesar da delegação de competências dessa área nas Juntas de Freguesia, disse estar a Câmara Municipal disponível para colaborar e em conjunto se fazer ali uma intervenção naquela estrada, tornando-a transitável*" falta a parte em que o senhor Presidente da Câmara deu uma ordem ao funcionário Hélder Paulino para, logo que pudesse, entrar em contacto com os Presidentes de Junta de Alqueidão da Serra e Alcaria, não estando isso escrito em lado nenhum e pedindo para que fique registado esse facto. Fez ainda menção ao facto de na frase "*Depois da negociação dos contratos interadministrativos com as freguesias ao cêntimo, disse não perceber depois estas situações de dispêndio a mais,*" a fls. 422, não fazer sentido a palavra "**depois**" pedindo que a mesma seja retirada. Ainda na intervenção de **Mário Cruz** a fls. 426, onde se lê "*Usando da palavra disse que acha que se está aqui a fazer alguma freguesia dado que estes contratos interadministrativos*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

derivam da lei” passar-se-á ler “Usando da palavra disse que acha que se está aqui a fazer alguma confusão dado que estes contratos interadministrativos derivam da lei”.-----

----- Referiu ainda que a fls. 427 se diz “...transferem as verbas do FEF”, dizendo não saber se isto está bem dito, porque FEF não existe, é Fundo de Financiamento das Freguesias e porque com esta sigla as pessoas não conseguem identificar do que se trata. A isto o senhor Presidente da Assembleia Municipal contrapôs que foi efetivamente isso que foi dito.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs a votação a ata da sessão anterior com as correções acima referidas, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**-----

-----Posteriormente o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler uma moção que vem subscrita por todos os grupos municipais, e que seguir se transcreve:-----

-----HOMENAGEM-----

-----É com profunda tristeza no coração e com a alma desfeita que os eleitos da Assembleia Municipal de Porto de Mós, expressam o seu voto de pesar a todos os afetados pela tragédia provocada pelos incêndios nos concelhos de Gois, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Sertã que assolaram a região e vitimaram muitas famílias.---

-----Porque não somos indiferentes à desgraça que paira sobre estas pessoas e região, endereçamos as nossas sentidas condolências a todas as famílias que os incêndios enlutaram, bem como enviamos uma palavra de encorajamento, de solidariedade e de esperança a toda a população vítima desta tragédia.-----

-----Este é um tempo de dor e luto nacional e de nos unirmos em torno da causa maior que são as pessoas e o seu bem-estar, por isso nesta hora difícil prestamos a nossa sentida homenagem póstuma a todos os homens, mulheres e crianças que perderam a vida.-----

-----Bem como a todos aqueles e aquelas que com ousadia e coragem se empenham no combate às chamas e auxiliam no socorro às vítimas, nomeadamente às forças de segurança, autoridades, cidadãos anónimos e em particular aos bombeiros que conseguem heroicamente promover a segurança das pessoas e dos seus haveres, contrariando circunstâncias desumanas. ---

-----Por isso propomos: -----

-----a) Apresentar à família e amigos das vítimas as nossas mais sentidas condolências; -----

-----b) Prestar a nossa sentida e póstuma homenagem a todos os homens, mulheres e crianças que perderam a vida no malfadado incêndio;-----

-----c) Apresentar às forças de segurança, autoridades, cidadãos anónimos e em particular aos bombeiros, que conseguem heroicamente promover a segurança das pessoas e dos seus pertences, contrariando circunstâncias desumanas, a nossa elevada consideração e o mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

profundo respeito, com a aprovação deste voto de louvor;-----

-----*d) Observar um minuto de silêncio, em suas devidas homenagens.*-----

-----*Porto de Mós, 23 de Junho de 2017.*-----

-----*Os Eleitos da Assembleia Municipal, (assinaturas)*-----

-----Referiu depois o senhor Presidente da Assembleia Municipal que esta moção será enviada às Assembleias Municipais de Gois, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Sertã.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para deixar uma nota dizendo que na moção deveria estar também expressa o espírito de solidariedade para com os colegas autarcas daqueles concelhos, designadamente Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia, Câmaras Municipais e Assembleias Municipais, sendo público o sofrimento que aqueles tiveram com a situação desde o primeiro minuto.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia propôs então que na alínea c) se passasse a ler: "*c) Apresentar às forças de segurança, autoridades, cidadãos anónimos, todos os autarcas das zonas atingidas e em particular aos bombeiros, que conseguem heroicamente promover a segurança das pessoas e dos seus pertences, contrariando circunstâncias desumanas, a nossa elevada consideração e o mais profundo respeito, com a aprovação deste voto de louvor*".-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)**, interveio também sugerindo que se desse conhecimento desta moção às Direções dos Corpos de Bombeiros do Concelho de Porto de Mós, que estiveram presentes no combate aqueles fogos.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal terminou dizendo que se daria conhecimento da presente moção às Assembleias e Câmaras Municipais acima referidas bem como às Direções dos três corpos de Bombeiros do concelho que estiveram presentes no combate àqueles incêndios, passando depois a fazer-se um minuto de silêncio em homenagem às vítimas.-----

-----**3. LEITURA DO EXPEDIENTE:**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)** pediu a palavra, e dado haver registos de correspondência da Associação Nacional de Assembleias Municipais, perguntou qual o desenvolvimento que este assunto teve.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que deu pouca importância a esse assunto a partir do momento em que adesão àquela Associação foi aqui rejeitada nesta Assembleia. Estas comunicações, disse, vêm no sentido de a Associação estar a fazer novas tentativas de captação de associados.-----

-----**4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

-----**José Gomes dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro – PSD):**-----

-----Usando da palavra convidou todos os presentes para estarem participarem no arraial de S. João que terá lugar no Largo de S. João esta noite. Disse ainda que aproveitava o ensejo para convidar todos para a inauguração do pavilhão da freguesia de Porto de Mós, amanhã, pelas 12 horas.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usou da palavra dizendo que a sua intervenção tem a ver com o que disse anteriormente e prende-se com a estrada que liga Covão de Oles a Alcaria, cuja preocupação foi partilhada pelo senhor Presidente da Câmara na última sessão, que indigitou o funcionário Hélder Paulino para que fossem tomadas algumas providências. Continuou dizendo que foi falando com a senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados e nenhum deles foi contactado pelo funcionário em questão, para poderem levar a cabo algum arranjo, coisa que os preocupa, pela necessidade sentida. Voltou depois a interpelar o senhor Presidente da Câmara nesse sentido dizendo que acha haver aqui uma falha grave, uma vez que o senhor Presidente delegou essa função aqui à frente de toda a Assembleia. Disse ainda não saber se não houve disponibilidade ou se, pura e simplesmente foi ignorada a situação. Disse depois ao senhor Presidente da Câmara que, se o funcionário em causa pretende que essa situação não possa evoluir, então que destaque outra pessoa para que se possam levar estes arranjos a bom porto, dado o estado de degradação da estrada e considerando importante serem tomadas algumas medidas urgentes nesse sentido. Como houve tão boa aceitação por parte do senhor Presidente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara, disse, gostaria que se pudesse avançar nessa reparação, dizendo que tanto ele como a sua colega da União de Freguesia de Alcaria e Alvados estão tão disponíveis como estavam há dois meses atrás.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):-**

-----No uso da palavra disse que gostaria de agradecer a todas as pessoas que colaboraram com uma missão que Serro Ventoso – a Freguesia e o Clube – levou a cabo no sábado, domingo e segunda-feira, e que teve como objetivo arranjar mantimentos e roupas para Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera. Por isso em nome da Freguesia e do Clube agradeceu a todos que colaboraram com essa iniciativa, dizendo que na terça-feira levaram para aquelas localidades quatro carrinhas cheias de mantimentos.-----

-----Referiu depois que queria dizer nesta Assembleia que a Freguesia de Serro Ventoso já entregou no Município o projeto de requalificação da entrada das minas da Bezerra. Foi dito aqui, nesta Assembleia pelo senhor Presidente da Câmara que, se a freguesia procedesse à execução do projeto, o Município faria a obra. Portanto, disse esperar que o Município cumpra com a sua palavra.-----

-----Outro assunto que passou a mencionar foi a pavimentação da estrada de Serro Ventoso para S. Bento, agradecendo ao senhor Presidente da Câmara porque as obras já começaram. No entanto, disse pensar que o início da estrada seria em Serro Ventoso ou Telhados Grandes mas que afinal parece que começa à entrada de Chão das Pias, dizendo não perceber porque é que estão ali a ficar dois quilómetros por pavimentar. Disse ainda que há na estrada, de Serro Ventoso até Chão das Pias, abatimentos com mais de vinte centímetros, chamando a atenção para isso e reforçando que a estrada começa em Serro Ventoso e não em Chão das Pias.-----

-----Outra questão que levantou tem a ver com uma intervenção feita por Filipe Batista na última sessão desta assembleia, e que foi classificada pelo senhor Presidente da Câmara, de infeliz. Disse ainda que pela boca morre o peixe e que logo a seguir foi o Município que teve um ato infeliz. Continuou dizendo que, por aquilo que sabe, no dia 25 de abril de há três anos atrás veio aqui um grupo de canto alentejano em que se gastaram 700/800 euros, o ano passado veio aqui a Banda da Armada cujos custos não devem ter sido muito longe disso, este ano, pelo que soube, veio aqui um grupo tendo-se gastado sete mil e tal euros mais IVA, devendo ficar muito perto dos dez mil euros, para tocar uma hora para duzentas pessoas. Se o Município gasta quase dez mil euros num conjunto para tocar uma hora para duzentas pessoas, isso não lhe parece muito correto. Se fosse no S. Pedro para dez mil pessoas ficava calado, mas para tocar para duzentas pessoas acha excessivo, principalmente quando depois, para uma freguesia com novecentos habitantes só dá cinco mil euros. Se Filipe Batista teve uma intervenção infeliz, então esse é um ato que reputa de concretamente infeliz.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra disse querer apenas colocar duas questões muito breves. A primeira prende-se com a sinalização da obra de requalificação dos passeios na Corredoura. Disse ter observado e já algumas pessoas se queixaram, dos constrangimentos ali verificados ao nível do trânsito apesar da sinalização alternada.-----

-----Face aos incêndios que ocorreram no norte do distrito disse que já vieram a esta Assembleia algumas das medidas que foram tomadas pelo Município em conjunto com os GIPS em matéria de prevenção de incêndios e que teve conhecimento através das notícias da atividade dos GIPS, nomeadamente em matéria contraordenacional, perguntando depois ao senhor Presidente da Câmara que informasse se dessas contraordenações resultaram algumas por infração da limpeza efetiva de alguns terrenos e qual o ponto da situação nessa matéria. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que já o alertou sobre o Parque Verde do Juncal. Além do vandalismo de que tem sido alvo, neste momento, 70% da relva está seca e as árvores também, parecendo que está abandonado, pelo que gostaria que tomasse uma posição sobre o mesmo. Outro assunto que suscitou tem a ver com a GNR, e que se traduz em falta de policiamento no Juncal. Disse ainda que tendo havido dois assaltos no Juncal, teve de lá ir a GNR de Mira de Aire. Falou ainda na descoordenação existente naquela vila ao nível do trânsito, estacionando-se de qualquer maneira. Terminou dizendo que queria que a Câmara chamasse a atenção da GNR para este assunto de forma a tentar saber o que se passa com o policiamento. Sobre a Casa dos Calados referiu que ainda o ano passado falou na necessidade de ali se fazer um parque de estacionamento, de que o Juncal muito precisa. Fez ainda referência a uma casa à saída do Juncal, que estando ilegal, dado não possuir licença, o seu proprietário fez agora um muro igualmente ilegal, pedindo à Câmara que averiguasse essa situação.-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra, começou por colocar algumas questões ainda quanto à assistência médica no concelho, referindo que já vai um médico a S. Bento uma vez por semana.-----

-----Seguidamente disse que iria aproveitar esta oportunidade para falar de incêndios, dizendo que o que aconteceu em Pedrogão Grande podia ter acontecido no concelho de Porto de Mós ou noutra qualquer. Isto demonstrou a fragilidade dos instrumentos que o país tem para combater situações difíceis. Continuou dizendo que é defensor de que a força aérea portuguesa deve combater incêndios, pois cada C130 leva mais água que três Canadairs. O problema é o negócio do fogo, mas isso é outra história. Mais, isto também acontece pela desertificação do mundo rural, pelo desaparecimento dos agricultores. Nos últimos anos desapareceram trezentas mil explorações agrícolas. No concelho de Porto de Mós há 10 ou 12 anos havia quinhentas vacarias, hoje há seis e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daqui a um ano, porventura não existirá nenhuma. Depois acusam-se ainda os produtores que não limpam a floresta. Se os produtores forem vender a madeira para limpar a floresta é capaz de não chegar o preço da madeira para o fazer. Terminou dizendo que não interessa procurar culpados, porque o verdadeiro culpado é o sistema.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que trazia aqui um tema para apresentar ao senhor Presidente da Câmara, tendo depois reparado que o mesmo constava da ordem de trabalhos desta Assembleia. O que traz aqui é a preocupação que lhe fez chegar a população da Cumeira por causa da fábrica que vai ser implantada na zona industrial do Juncal. Segundo o que corre pela povoação, é que se trata de uma unidade industrial que produz muito barulho, parecendo ser semelhante a uma existente em Casal da Areia, cuja população teve enormes problemas quando lá foi implantada. Quanto à Central, parece que a mesma produz muita poluição sendo as pessoas daquela zona que sofrerão esses efeitos. Disse ainda que se está a falar de população que está a 300/500 metros da fábrica, perguntando se a Câmara já deu o seu parecer favorável à construção destas unidades fabris; se a Câmara já foi abordada por alguém sobre as mesmas, dado que foram comprados terrenos anexos e fora da zona industrial para aumentar os lotes que tinham; se a Câmara tem conhecimento destas situações, do barulho que a fábrica faz, da poluição que a central vai produzir, qual o conhecimento que a Câmara tem acerca destes factos, pois a população não está muito satisfeita. Terminou perguntando qual o real ponto de situação sobre a implantação destas duas estruturas industriais no Parque Industrial do Juncal, que estão a provocar muito mau estar entre a população.-----

-----**Hermano Carreira (PS):**-----

-----Disse querer questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a situação da cobertura da rede móvel na zona da Barrenta. Disse ainda que no ano passado por altura do Encontro das Concertinas a informação que tinha é que era uma questão de meses até se concretizar essa cobertura, sendo certo que um ano depois ainda não existe, perguntando ainda se, até ao próximo Encontro não será possível proceder à instalação dessa antena móvel.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):** prescindiui da palavra dado que as questões que queria colocar já foram respondidas.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que queria aqui aflorar duas questões, começando pela questão escolar. Continuou dizendo que há uns anos foi aqui aprovada a carta escolar tendo a bancada do PSD questionado se teria sido feita uma avaliação ou se era apenas ter que se fazer por fazer. Foi dito que foi feita a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

avaliação. Agora vão surgindo problemas dizendo não saber se tem a ver com isso ou não. A questão que queria aqui levantar é a seguinte: a ideia que todas as pessoas tinham era de que as escolas do 1º ciclo não iriam fechar desde que tivessem mais de 21 alunos. Ficou preocupado quando viu que a escola de Fonte de Oleiro está para fechar este ano. Tem a ideia que a possibilidade dessa escola fechar terá a ver com o projeto que foi apresentado para o Centro Escolar de Porto de Mós. Se isso foi feito dessa forma, se calhar a avaliação foi mal feita, porque a escola tem mais de 21 alunos. A informação que lhe chegou entretanto foi que o problema está resolvido relativamente ao próximo ano escolar. A sua pergunta é: isso aplica-se apenas no próximo ano ou nos anos vindouros se a escola mantiver mais de 21 alunos. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara pode assumir aqui, que, se a escola tiver mais de 21 alunos nos anos seguintes a escola não fechará.-----

-----Outra questão que quer colocar, e porque se está em final de mandato, não podendo o senhor Presidente voltar a concorrer por limitação dos mandatos, deve estar numa altura de balanço, já devendo ter pensado o que foi bom e o que foi mau. Há uma questão que tem sido muito cara a Porto de Mós e como diz o ditado popular o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita, sendo o que está a acontecer na zona do hotel e da Central. O senhor Presidente disse na última sessão desta Assembleia que para o hotel já havia um projeto. A questão do hotel foi iniciada pelo senhor Presidente da Câmara, ainda enquanto Vice-Presidente. Já fez três mandatos como Presidente e, a não ser que já haja uma solução concreta, a situação vai prolongar-se para as calendas. Disse ainda ser pena, pois aí também a Assembleia Municipal é corresponsável, quando, antes de 2004 aprovou aqui que se podia suspender o PDM para que fosse possível a construção do hotel naquele espaço. Neste momento, está a ver-se nascer outra obra ao lado, que parece ir pelo mesmo caminho, não sendo o seu início muito auspicioso. Disse que aí, não sabe até que ponto o executivo fez a avaliação, antes da adjudicação, dos potenciais concorrentes. Se a obra foi lançada só por uma questão de preço, se calhar ninguém se preocupou se a empresa tinha condições ou não para proceder a essa execução. Disse que ouviu que, a empresa a que a obra foi adjudicada tinha abandonado uma obra em Leiria e que tinha um "PER" (Processo Especial de Revitalização), pedindo que o senhor Presidente da Câmara confirmasse se é verdade ou não. Assim sendo, não lhe parece muito sensata essa adjudicação por quem tem de decidir aqui. É por isso que pergunta se esse concurso não deveria ter sido feito avaliando primeiro os concorrentes e depois lançando o concurso. Terminou dizendo que gostaria que o senhor Presidente da Câmara se pronunciasse sobre o assunto fazendo o ponto da situação, dado que considera que a obra já está há tempo demais parada.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, gostaria de dizer algo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso. Quanto à sua observação em relação ao espetáculo das Comemorações do 25 de Abril, disse que teve intervenção nesse processo, e entre um vasto leque de opções, escolheu-se esse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grupo pela mais-valia do espetáculo. Disse ainda que o espetáculo foi devidamente publicitado pelo que o número de pessoas presentes não teve a ver com qualquer deficiência a esse nível, mas sim com a vontade e disponibilidade das pessoas. Quanto ao grupo de Beja que esteve presente nas comemorações há três anos, é verdade que o cachet foi de cerca de setecentos e cinquenta euros. Quanto ao que se passou no ano passado, a opção da Banda da Armada teve também a ver com a homenagem que foi prestada ao Almirante Vitor Crespo. Disse ainda, e com todo o respeito pela sua opinião, que é fácil estar de fora a falar dos sete mil e quinhentos euros gastos com o grupo mas merecendo o 25 de Abril o respeito de todos foi um espetáculo que a todos dignificou. Disse ainda que não pode comparar as comemorações do 25 de abril, que acontece uma vez por ano, com as deficiências, que serão sempre crónicas, que existem ao nível das freguesias, sendo certo que daqui a vinte anos essas necessidades continuarão a existir, tanto ao nível da rede viária, como de escolas, saúde e afins. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso disse que apenas referiu o paradigma e a discrepância entre a atribuição das verbas às freguesias e o dinheiro gasto apenas num espetáculo. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que essa é uma situação que sempre se verificará, independentemente de quem seja o Presidente da Câmara. Gastar-se-á num espetáculo sete ou oito mil euros e haverá sempre problemas ao nível da rede viária, dos centros de saúde, das escolas...-----

-----Seguidamente, passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes.-----

-----Começou por referir-se à moção que aqui foi aprovada por unanimidade, deixando a nota de que há que ser solidários. A situação que foi vivida em Pedrogão e concelhos limítrofes deve fazer-nos pensar para o futuro. Disse ainda que foi uma situação que viveu de perto, pois esteve no local durante dois dias, partilhando com os colegas autarcas os momentos de sofrimento que aquela população teve, os momentos de angústia que os autarcas da região tiveram, a incapacidade de socorrer aquelas pessoas, e depois do que viu, admira-se de como não morreram ainda mais pessoas tendo em conta a conjugação de várias variáveis que são difíceis de controlar e de contornar. Foi uma situação anómala e inesperada que pode ocorrer em qualquer lado. Há que estar alerta, e que aquela situação sirva de exemplo para toda a gente que tem responsabilidades neste país, autarcas e não só, de modo que no futuro se possam evitar situações semelhantes.-----

-----Quanto às intervenções que aqui foram feitas agradeceu o convite feito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós dizendo ser com muito gosto que estará

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presente.-----

-----Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, respondeu sobre a questão da estrada que liga Covão de Oles a Alcaria, dizendo que pensava que o senhor Hélder teria contactado os senhores Presidentes de Junta. Seguidamente deu uma ordem direta a Hélder Paulino dizendo que agradecia que segunda-feira fizesse este contacto, independentemente de a Câmara ter ou não capacidade de resposta neste momento, pois sabe que existe um problema com a máquina, mas esse problema não impede que haja um contacto com as pessoas e uma deslocação ao local a fim de o mesmo ser avaliado. Se fôr necessário o aluguer de uma máquina para proceder aos trabalhos, far-se-á, porque se trata de um assunto prioritário. Referiu ainda a importância daquela estrada, até no que se refere à questão do combate aos incêndios, pelo que reiterou o pedido de deslocação ao local do funcionário Hélder Paulino acompanhado dos senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra e da União das Freguesias de Alvados e Alcaria a fim de se avaliarem as necessidades daquela estrada, ao nível da intervenção.-

-----Congratulou-se depois com a ajuda humanitária que a Junta de Freguesia e a população de Serro Ventoso em boa hora entenderam fazer às populações afetadas pela catástrofe dos incêndios. Disse depois que, não se avançou nesse sentido ao nível da Câmara e do concelho, porque que o Presidente da Câmara de Pedrogão Lhe pediu que não o fizesse, atendendo à confusão existente e à dificuldade em se guardarem, principalmente, alimentos perecíveis. O que lhe foi pedido foi que, depois de se avaliarem as necessidades, então fazerem-se chegar os bens necessários. Disse ainda que, do que pôde observar no local, uma das coisas necessárias eram fraldas e materiais de higiene quando o que chegava principalmente eram alimentos. Disse ainda que a Comunidade Intermunicipal vai reunir segunda-feira de manhã, sendo este assunto discutido e analisado, para que em conjunto se possam avaliar quais as reais necessidades. -----

-----Disse depois ao Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, registar a entrada do projeto de requalificação das minas da Bezerra, afirmando que não tinha conhecimento de que já tinha entrado, mas o que lhe disse na altura é que a Câmara estava disponível para apoiar a obra, não para a fazer. Acrescentou ainda que iria inteirar-se do processo, ver em que condições está, bem como ver a questão do licenciamento, que não depende apenas da Câmara, uma vez que as minas se inserem em área do Parque Natural. Se a intervenção for profunda, é possível que tenha que ter parecer do ICNF.-----

-----Quanto à pavimentação da estrada de Serro Ventoso, disse que isto é uma faca de dois gumes, pois se ouvir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento ele diz-lhe que o alcatrão não chega a S. Bento. São estas questões que um autarca com responsabilidades tem de decidir. Face à verba que estava disponível para o efeito e que foi reforçada com trinta mil euros, foi privilegiada a zona urbana, que é aquela que em seu entender está pior. Se lhe perguntar se a estrada precisa de ser alcatroada desde Serro Ventoso até ao limite do concelho na Serra de Santo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Antonio, dirá que sim, mas que não será já este executivo a fazê-lo. Neste caso foi feita uma opção em função da verba que estava disponível, que é de cento e cinquenta mil euros. Disse ainda que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento já se manifestou, porque na sua freguesia não chega o alcatrão.-----

-----Referindo-se às despesas das Comemorações do 25 de Abril às quais aquele interveniente fez referência, disse que já na anterior sessão o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra falou disso, pedindo que não se misturassem as coisas. Estar a comparar as verbas destinadas às Comemorações do 25 de Abril com as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia para investimento, estar a referir que foram gastos setecentos e cinquenta euros com um grupo de veio do Alentejo, estar a referir a Banda da Armada e estar a referir o grupo que este ano cá atuou e misturar isso com as obras a realizar nas freguesias, congrega alguma demagogia, sem necessidade. Só sente falta do 25 de Abril quem viveu antes dele. Só quem viveu antes do 25 de Abril tem a necessidade de relembrar Abril, esperando que esta data se comemore por muito anos, já que para muitas gerações foi extremamente importante.-----

-----A **Mário Cruz** o senhor Presidente da Câmara disse quanto à requalificação dos passeios da Corredoura, que efetivamente tem consciência dos constrangimentos. Disse que se trata de uma obra complicada realizada na berma de uma estrada nacional, que tem muito trafego. Concorda que o empreiteiro poderia ter aliviado um pouco a questão da sinalização. No entanto, neste momento não faz sentido qualquer intervenção, uma vez que a obra em termos de corte de estrada está encerrada.-----

-----Quanto às medidas de prevenção de fogos no concelho, disse que acerca disto se poderia estar a falar aqui toda a noite, uma vez que as medidas de prevenção são uma questão atualizadíssima em todos os concelhos deste país. Disse que das notificações efetuadas para limpeza dos terrenos pelos proprietários, houve cerca de 96% de cumprimento voluntário. Disse depois que o Município de Porto de Mós está na linha da frente há dez anos, na questão da prevenção. Disse ainda que a Câmara foi pioneira, com a Câmara de Alcanena e com os GIPS da GNR, na assinatura de um protocolo, com o objetivo de limpar as faixas de cinquenta metros em volta das casas, verificando-se que os matagais que existiam já não se verificam.-----

-----Disse ainda que a Câmara tem colaborado com os bombeiros na aquisição de equipamentos, conforme tem sido solicitado. Para além disso, Porto de Mós é dos poucos concelhos da região que tem uma equipa de prevenção – Equipa de Intervenção Permanente – cujos vencimentos dos operacionais são comparticipados pela Câmara em 50%. Referiu ainda o estado de limpeza das bermas das estradas nacionais, fruto da insistência e pressão que a Câmara tem vindo a exercer junto das Estradas de Portugal. -----

-----Continuou dizendo que é solidário com os seus congéneres do Centro de País, mas que o Município de Porto de Mós, tem liderado e tem estado à frente em matérias de prevenção no que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diz respeito aos incêndios.-----

-----A **Virgílio Santiago**, quanto a uma situação que referiu que muito o preocupa e que tem a ver com o Parque Verde do Juncal, disse ainda que fruto das elevadas temperaturas que se fizeram sentir ultimamente, muita da relva secou, sendo que a parte irrecuperável terá que ser ressemeada.-----

-----Quanto à atuação da GNR disse que esta tem tido uma atuação que considera exemplar, tendo ainda há pouco sido feita, uma grande intervenção na região. A polícia está no terreno, está atenta, não chegando obviamente a todas as situações. Quanto às construções ilegais que referenciou, disse que iria dar instruções à fiscalização municipal para proceder em conformidade. Quanto à demolição da Casa Calado, disse ainda ser sua intenção proceder à demolição das ruínas. -----

-----Disse depois a **Antonio da Conceição Ferraria** que o assunto que abordou, sobre a saúde no concelho de Porto de Mós é recorrente nesta Assembleia, comungando ele próprio desta preocupação. Acrescentou ainda que a situação melhorou um pouco ainda que não o suficiente, por falta de capital humano.-----

-----No que se refere à problemática dos incêndios e ao seu combate aéreo pelos aviões da Força Aérea Portuguesa, C130, disse que os mesmos não conseguem abastecer nos mesmos locais que os Canadairs. Disse depois concordar que a desertificação do mundo rural está por detrás destes trágicos acontecimentos. Concordou ainda com o que disse este interveniente, sobre a venda da floresta não dar para limpar o mato.-----

-----A **Luís Almeida** respondeu que a questão da Zona Industrial de Juncal já é do seu conhecimento, dizendo que quando se começou a falar disso, se deslocou a Mortágua ver uma exploração daquele género. Disse estar tranquilo, porque neste momento o licenciamento industrial é de tal maneira apertado e controlado em termos de poluição, quer seja sonora ou outra, que está convicto que aquela obra tem de respeitar todas as regras. O licenciamento industrial não é feito pela Câmara, sendo outras entidades que licenciam a indústria em si, estando convencido que a empresa terá de cumprir todas as exigências em termos ambientais para poder laborar, até porque se tratam de obras financiadas.-----

-----A **Hermano Carreira** disse, sobre a cobertura da rede móvel, que pensa que foram feitas algumas obras naquela zona, porque a informação que tem, é que já há rede de telemóvel nalguns sítios. A senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria confirmou que já foram feitas algumas obras nesse sentido, no entanto a Barrenta continua sem cobertura. O senhor Presidente da Câmara referiu que iria encetar contactos com a empresa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no sentido de insistir na resolução do problema.-----

-----Respondendo depois a Antonio Pires que falou aqui da Carta Educativa, disse terem surgido problemas com as escolas do Tojal e da Fonte do Oleiro. Disse que o problema aqui é só um: o número de alunos. Referiu depois que a Câmara tem investido muito dinheiro na escola de Fonte do Oleiro e que quando se investiu não se estava a pensar em encerrá-la, sendo certo que este ano não irá encerrar, fruto do trabalho e das diligencias que a senhora vereadora do pelouro teve junto da entidade responsável. Acrescentou ainda que o encerramento dessas escolas não tem a ver com a construção do Polo Escolar de Porto de Mós, mas sim com o decréscimo do número de alunos que naquelas escolas se tem vindo a verificar. Disse ainda que não pode assumir que a escola não fechará pois não tal não depende de si, mas sim do número de alunos que houver, não sendo a Câmara que decide mas sim a entidade responsável em Coimbra.-----

-----No que se refere ao balanço, pedido por António Pires, disse que não lhe cabe a si fazê-lo, pois que esse será feito pela população do concelho.-----

-----Quanto à questão do hotel, da Central e das outras ruínas que estão ao lado, disse quanto a estas últimas, que esse espaço foi vendido e foi apresentado um estudo prévio de requalificação do mesmo, destinando-se a um espaço de restauração. No que se refere ao hotel, disse que há dias recebeu por parte do promotor um e-mail a perguntar sobre a questão da rede de saneamento daquele espaço, tendo sido respondido que a rede de saneamento para o hotel estava resolvida. Esta pergunta tem razão de ser, dado que o acesso à cave do dito hotel estava fortemente condicionada pela conduta de saneamento. Aquando da construção do Parque Verde deixou-se a conduta de modo a que fosse possível alterar a posição que ela tem. Esta é uma questão que tem de estar prevista no projeto de alterações do hotel, e se o promotor vem suscitar esta questão é porque está a trabalhar no projeto, esperando que assim seja e que a obra avance. Quanto à Central, disse ser uma questão atual porque anteontem mesmo, houve uma reunião entre os técnicos da Câmara que estão a acompanhar a obra, o empreiteiro e o seu técnico, os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto e uma advogada que está a assessorar a Câmara em todo este processo. Passou depois a explicar que a adjudicação da obra a esta empresa não depende de uma mera arbitrariedade da Câmara. Quem falou aqui há pouco nisso, desconhece a regra das contratações públicas. Trata-se de uma obra que está sujeita a visto do Tribunal de Contas, que diz que a obra deve ser adjudicada à empresa cujo orçamento é mais baixo, desde que o valor não seja inferior a cerca de 40% do valor base. Na altura não se podia por em causa a empresa porque ela apresentou todos os requisitos exigidos por lei. Não se podia rejeitar a proposta porque a empresa tinha um PER, porque a empresa cumpria as regras da contratação pública. Pode ser um erro da lei, mas o facto é que a mesma obriga a entregar os trabalhos àquela empresa. Disse ainda que, depois de se limarem alguns problemas que o empreiteiro está a levantar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para servirem de justificação aos três ou quatro meses em que a obra tem estado parada, acredita que as obras serão retomadas. Dessa reunião resultou que a empresa enviaria à Câmara uma carta com todos os pormenores do que ficou acordado. No entanto, a Câmara antecipou-se e remeteu-lhe uma comunicação especificando todas as exigências do que deve ser feito. Terminou dizendo que não era possível adjudicar a obra a outra empresa, a seleção não tem a ver com a avaliação consciente da Câmara, como foi aqui dito. A avaliação tem a ver com os factos e os factos, de acordo com as regras da contratação pública, exigem que a adjudicação seja feita a esta empresa, pelas razões cima referidas.-----

-----**Carlos Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso)**, interveio ainda dizendo que, em relação à estrada de Serro Ventoso, a verba orçamentada de cento e cinquenta mil euros não está toda gasta, conforme consta do placard afixado (cento e trinta e três mil euros), pelo que se poderá, com os restantes dezasseis mil euros, proceder a alguns arranjos até Serro Ventoso. Em relação ao 25 de Abril, disse respeitar muito os mortos mas também é importante respeitar os vivos. Quanto às minas da Bezerra, o que foi aqui dito foi "*Carlos Cordeiro faça o projeto que a Câmara faz a obra*". Foi isto que foi dito e deve estar gravado.-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir não havendo qualquer pedido de intervenção.-----

-----Antes de entrar na ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o senhor Presidente da Câmara lhe pediu para incluir na ordem de trabalhos dois pontos que são urgentes. Os pontos a incluir são os seguintes:-----

-----**1. Transferência de verba, para a Freguesia de Calvaria de Cima – Valor de 25.000€ - 2.ª Fase da sede da Junta de Freguesia (apreciação, discussão e votação);**-----

-----**2. 1.ª Correção Material do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós (para conhecimento).**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar a razão de ser do pedido de inclusão dos presentes pontos na ordem de trabalhos, referindo em relação ao primeiro ponto, que a transferência da verba carece de autorização da Assembleia Municipal, estando prevista em orçamento aprovado por esta Assembleia. Quanto ao segundo ponto disse que esta alteração se prende com o facto de haver um grande investimento para o concelho de três milhões de euros, destinado à construção de uma unidade de cuidados continuados que neste momento está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

embargada. Assumindo que houve um lapso no PDM, porque quando o PDM foi aprovado, a obra já estava licenciada houve a necessidade de se proceder a esta correção material, a fim de que esta e outras situações não ficassem prejudicadas.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação a inclusão destes dois pontos na ordem de trabalhos, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, e ficando a constar como o ponto 5 e 6, respetivamente, da presente ordem de trabalhos.-----

ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----**1. PROCESSO N.º 06-23/2016 – REQUERENTE - Alfipetra – Sociedade de Extração e Transformadora de Pedra, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização dos anexos e ampliação da exploração da pedreira denominada “Cabeça Gorda n.º 6”, sita em Serro ventoso;**-----

-----O senhor Vice-Presidente da Câmara usando da palavra disse que este pedido de reconhecimento de interesse publico municipal já esteve nesta Assembleia, tendo o mesmo sido retirado para melhor instrução, dado que na altura o requerente não tinha contrato de arrendamento válido para explorar o baldio. Neste momento quem está a pedir o reconhecimento do interesse publico é a empresa que tem esse contrato válido, celebrado com a Junta de Freguesia. Todos os membros da Assembleia estão de posse de toda a informação que lhe foi atempadamente enviada. O executivo entendeu, depois de analisar tecnicamente o projeto, ter uma atitude positiva e remetê-lo à Assembleia Municipal.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**

-----Usando da palavra, disse que apenas quer congratular-se por o Município ter corrigido a situação, para a qual ele próprio que chamou a atenção na ultima sessão desta Assembleia, não tendo nada a opor agora a esse reconhecimento de interesse publico municipal, esperando que não voltem a acontecer tais equívocos.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Começou a sua intervenção perguntando quando é que estas situações de reconhecimento de interesse público acabam, dizendo que gostaria de ter uma resposta. Disse ainda estar a falar deste ponto da ordem de trabalhos e do ponto numero dois, em que se está a falar de, mais do mesmo e sem fim à vista. Continuou dizendo que isto se resolve, quando nesta Assembleia os seus membros se cansarem. Continuou dizendo que o senhor Vice Presidente deu aqui outra informação, que foi que o processo que veio aqui na última sessão era de alguém que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não tinha licença para tal pretensão e agora vem outro requerente pretender o mesmo, pedindo esclarecimentos sobre o assunto.-----

-----O senhor Vice-Presidente usou da palavra para esclarecer os anteriores intervenientes.-----

-----Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse que não se tratou de erro nenhum. Respondendo depois a Antonio Pires disse que também não se trata de falta de licença. Essa exploração industrial é licenciada pelo ministério da economia. O que os membros da Assembleia estão a fazer é a contribuir para o licenciamento de um estabelecimento industrial. A empresa que fez o requerimento inicial, na altura não era titular de um contrato de arrendamento com a Junta de Freguesia. Do seu ponto de vista e do ponto de vista jurídico, tal não era relevante para que não pudesse fazer esse pedido. O requerente só podia fazer esse contrato de arrendamento com a Junta de Freguesia, depois de o processo do licenciamento industrial correr junto da entidade competente. Disse ainda que ficou sempre com a impressão de que o processo que aqui veio na anterior sessão, podia ser objeto da emissão da declaração positiva ou negativa, conforme entendessem, e pelo facto de não existir válido, um contrato de arrendamento entre as duas entidades contratantes, não era por isso que ficava ferido de qualquer ilegalidade. O que se passa agora, é que a empresa hoje requerente – Alfilpedra –, e depois da aquisição de quotas que fez, passou ela a pedir a presente declaração. Disse depois que não se tratou de um erro por parte da Câmara mas apenas da sua interpretação dos factos.-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Passou a dizer que sempre tem votado favoravelmente este tipo de situações dado que estas explorações têm alguma mão-de-obra e contribuem para que haja menos desemprego e talvez menos desertificação. Disse também que entende as reservas que Antonio Pires manifestou, mas se emitiram a declaração para uns terão que a emitir para todos.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto posto a votação - **PROCESSO N.º 06-23/2016 – REQUERENTE - Alfilpedra – Sociedade de Extração e Transformadora de Pedra, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização dos anexos e ampliação da exploração da pedreira denominada “Cabeça Gorda n.º 6”, sita em Serro ventoso – tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

-----**2. PROCESSO N.º 06-6/2017 – REQUERENTE - Bentos – Indústria de Mármore, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação da exploração da pedreira n.º 6932, sita em Espinheiro, freguesia de São Bento:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Vice Presidente referiu que aqui o objetivo é o mesmo mas a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atividade empresarial é diferente. Trata-se de uma empresa com resultados a todos os níveis muito meritórios, conforme se pode ver na documentação distribuída.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**3. PEDIDO DE AQUISIÇÃO DA ÁREA DE 2.407,65 M², RELATIVA AO CAMINHO URBANIZADO ENTRE OS LOTES 3 E 4 E OS LOTES 5, 6 E 7 DA ZONA INDUSTRIAL DO JUNCAL, COMILONGO, FREGUESIA DO JUNCAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS – DOMÍNIO PÚBLICO – Presente uma carta da Sociedade Casal & Carreira Biomassa, S.A., a manifestar interesse em adquirir, os 2.407,65 m², pertencentes ao Domínio Público, relativos aos caminhos existentes com início na rotunda, e entre os lotes 3 e 4, e os lotes 5, 6 e 7 da Zona Industrial do Juncal:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara passou a explicar que é intenção dessa empresa que se vai instalar no Juncal, adquirir uma serie de lotes. Acontece que o Plano de Pormenor daquela zona estava feito com acessos a todos os lotes. Como a empresa adquiriu todos os lotes, não faz sentido que a rua que está no meio dos lotes, e que é do domínio público municipal, passe para o nome da empresa sem que ela o adquira. Ora a Câmara para lhe vender esse espaço, tem que desafetar do domínio publico para o domínio privado do Município esse espaço, sendo que tal carece de autorização da Assembleia Municipal. Acrescentou ainda que o preço será fixado de acordo com avaliação de que os terrenos em causa serão alvo.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (P.S.):**-----

-----Usou da palavra para manifestar o seu desagrado relativamente à implantação da empresa acima referida, na freguesia do Juncal, dando conta que esse desagrado é partilhado por muitas das pessoas que vivem na freguesia. Disse ainda que iria votar contra porque não está de acordo com essa obra.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (P.S.):**-----

-----Usou da palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara sobre o modo como a avaliação dos terrenos seria feita.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que este ponto o deixou ainda mais preocupado. Há uma desconfiança generalizada na freguesia de que a fábrica e a central poderão vir a causar problemas, mas como foi dito pelo senhor Presidente, vamos acreditar que vai tudo correr bem, porque esta empresa vai ser vigiada, vai ter acompanhamento. Perguntou como é possível que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta empresa consiga aprovar um investimento ao abrigo do SI Inovação, quando não tem espaço para se implantar, porque o que diz na carta enviada pela empresa à Câmara Municipal é que "Este espaço é-nos vital para conseguirmos implementar os projetos e layouts relativos aos investimentos em curso, aprovados no âmbito do SI Inovação (PT 2020)." Continuou dizendo que, das duas uma: ou fizeram um desenho que não é verdadeiro e agora para o retificar terão que adquirir novos terrenos ou então esta situação vem ao encontro do que já foi dito: parece que efetivamente se assim for, se está a falar de uma empresa que não merece a confiança que o senhor Presidente nela depõe. Disse depois que não pode aprovar a situação de a Câmara vender os terrenos a esta empresa, sem se ter a certeza do que está por detrás. Depois de haver um conhecimento devidamente fundamentado sobre o que existe poderá esta Assembleia pronunciar-se. Disse que perguntou ao senhor Presidente da Câmara se esta já teria manifestado parecer, o que não aconteceu, por não ter conhecimento do assunto. Perguntou como é que se podem ir vender terrenos a esta empresa sem saber se depois a licença vai ser ou não aceite pela Câmara. Terminou dizendo que, como Joaquim Santiago, votará contra esta proposta.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Manifestou a sua preocupação relativamente a esta situação, dizendo que, e depois de ouvir os anteriores intervenientes, tem dúvidas que esta Assembleia esteja à vontade para, sem haver um maior conhecimento do funcionamento e das consequências que a laboração desta empresa tem para a população do Juncal, aprovar sem mais, este ponto da ordem de trabalhos. Do conhecimento que tem, a população do Juncal tem-se manifestado contra a implantação desta empresa naquela Zona Industrial.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para esclarecer a Assembleia do que está em causa. Disse que a Zona Industrial do Juncal tem neste momento disponíveis vários lotes cada um deles com determinado acesso. A empresa em causa adquire os lotes que estão disponíveis, com base no regulamento de venda. Há entre os lotes, um espaço de acesso a esses mesmos lotes e adquirindo a empresa os lotes de ambos os lados, não faz sentido que estes fiquem separados por esse arruamento. O espaço em causa vai ser utilizado com a passagem de condutas aéreas, pelo que é razoável que a Câmara os obrigue a comprar aquele espaço que é domínio público municipal. Outra questão a que se referiu foi o facto de esta empresa não ter nada a ver, em termos de produção, com a que está implantada no Casal da Areia, pois trata-se de uma empresa com uma tecnologia muito mais evoluída. O grande problema da empresa sita em Casal da Areia tem a ver com a poluição gasosa. A grande mais-valia deste projeto em termos de inovação tecnológica, tem a ver com a retenção de todos os fumos que são produzidos com a combustão das madeiras para produção de biogás. Por isso, não é por acaso que este investimento está a ser apoiado pelo SI Inovação, conforme disse Luís Almeida, pela União Europeia, fruto desta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capacidade em termos tecnológicos que a empresa vai apresentar. Acrescentou ainda que o licenciamento industrial em qualquer fábrica desta dimensão não é feito pela Câmara Municipal mas sim por diversas entidades que são ouvidas neste processo.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que ao longo destes anos todos a aprovar este tipo de coisas, não aqui foi questionada a questão da poluição. Disse ser preocupante o que aqui ouviu de Luís Almeida e Joaquim Santiago, mas também percebe que as pessoas por vezes empolam muito as situações, fruto, por vezes de falta de conhecimento. Continuou dizendo que o senhor Presidente referiu que a empresa vai fazer aquele investimento e há-de ter licenciamento do Ministério do Ambiente. A sua questão é: então esta mesma empresa no Casal da Areia será que não tem esse mesmo licenciamento? O que se está aqui a questionar é se se trata da mesma empresa que está no Casal da Areia. É sua opinião que não se deve inviabilizar o investimento não aprovando a venda do espaço entre os lotes, mas responsabilizando altamente o executivo pelas consequências que daí advierem.-----

-----O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder a Antonio Pereira Carvalho, referindo que a avaliação é feita de acordo com uma fórmula que existe, publicada em Diário da Republica, que avalia os metros quadrados que estão em causa neste momento.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **PEDIDO DE AQUISIÇÃO DA ÁREA DE 2.407,65 M², RELATIVA AO CAMINHO URBANIZADO ENTRE OS LOTES 3 E 4 E OS LOTES 5, 6 E 7 DA ZONA INDUSTRIAL DO JUNCAL, COMILONGO, FREGUESIA DO JUNCAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS – DOMÍNIO PÚBLICO – Presente uma carta da Sociedade Casal & Carreira Biomassa, S.A., a manifestar interesse em adquirir, os 2.407,65 m², pertencentes ao Domínio Público, relativos aos caminhos existentes com início na rotunda, e entre os lotes 3 e 4, e os lotes 5, 6 e 7 da Zona Industrial do Juncal** – aprovado por **maioria com 3 (três) votos contra, 10 (dez) abstenções e 17 (dezassete) votos a favor.** -----

-----**4. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2016:** -----

-----Usando da palavra o senhor Vice Presidente passou a explicar que já o ano passado houve uma situação semelhante e que isto resulta de uma participação de capital ínfima que a Câmara tem na empresa WRC – Web para a Região Centro. Continuou dizendo que a Câmara já tentou vender essa participação, só que não houve mercado para ele. Concluindo disse que os resultados contabilísticos dessa participação têm que ser refletidos nas contas da Câmara, sendo essa a razão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de ser deste ponto da ordem de trabalhos.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usou da palavra dizendo que quando se está a consolidar uma coisa que não tem expressão nenhuma, não devia ter consolidação. Perguntou depois como é feita a consolidação, se pela percentagem dos capitais próprios na percentagem que a Câmara tem no capital social da empresa.-----

-----O senhor Vice-Presidente referiu que o grande problema é que, numa terminologia técnica isto não é materialmente relevante só que o ROC entende que se deve fazer essa consolidação.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2016** – posto a votação tendo sido **aprovado por maioria com 7 (sete) abstenções e 23 (vinte e três) votos a favor.**-----

-----**5. Transferência de verba, para a Freguesia de Calvaria de Cima – Valor de 25.000€ - 2.ª Fase da sede da Junta de Freguesia:**-----

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara passou a dizer que esta verba está prevista no Orçamento que foi aprovado aqui nesta Assembleia Municipal e resulta da necessidade de transferir para a Junta de Freguesia vinte e cinco mil euros de acordo com a Lei. Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia pediu à Chefe de Divisão de Economia e Finanças, Neuza Morins para esclarecer tecnicamente esta Assembleia, o que a mesma fez, dizendo que a publicação da nova Lei das Finanças Locais vem exigir que as transferências para as Juntas de Freguesia sejam aprovadas pela Assembleia Municipal. Uma coisa é a inscrição da verba em orçamento e outra coisa é a transferência da verba. Tendo em atenção que a Câmara não criou nenhum regulamento que regulamentasse, passe a redundância, estas transferências, elas tem que ser aprovadas pela Assembleia.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 4 (quatro) abstenções e vinte três votos a favor.**-----

-----**6. 1.ª Correção Material do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós:**-----

-----Usando da palavra o senhor Presidente passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal da 1ª Correção Material da 1ª Revisão do PDM de Porto de Mós em cumprimento do disposto no nº

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3 do artigo 122º do RJIT. Após a identificação de erros e omissões patentes nos elementos que constituem o Plano Diretor Municipal de Porto de Mós e que, de algum modo condicionam ou conflituam com a aplicação da estratégia de planeamento territorial adotada na 1ª revisão, foi determinada a sua correção, conforme documentação que foi distribuída por todos os membros da Assembleia e se encontra arquivada no Serviço de Apoio à Assembleia Municipal.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que se está aqui a tratar de uma pequena alteração do PDM que tem um ano de vigência. Referiu-se a uma das situações que está contemplada nestas alterações – uma unidade de cuidados continuados que entrou na Câmara como lar de idosos, não tendo o PDM sido adaptado ao projeto que estava previamente licenciado. Mas isto é mais do que isso. Trata-se de uma alteração do edifício, uma alteração de uso, implicando uma série de alterações. Disse ainda que, embora concordando com o projeto, espera que isso não se torne um hábito para regularizar situações pontuais, banalizando-se estas alterações do PDM. Perguntou ainda porque é que isto só veio à Assembleia hoje, pois considera ser um assunto sobre o qual os membros da Assembleia se deveriam ter debruçado. Não obstante o mesmo poder vir a ser viabilizado, este assunto deveria ter chegado atempadamente pois trata-se de assunto de muita responsabilidade, pedindo que se evitem tais situações.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que a sua intervenção vai no sentido da anterior intervenção. Disse depois que o senhor Presidente da Câmara começou por apresentar o assunto como uma alteração relacionada com aquele projeto, mas o que no fundo o que está aqui em causa é uma alteração do PDM, não só naquele ponto concretamente, mas também noutras situações que surgiram e de que deram conta agora, que estavam incorretas. Disse ainda que o nascimento do hotel em 2004, foi parecido com isto e que portanto o que acha, é que se trata de uma empresa que é importante para o concelho, e que esta alteração do PDM tem de ser feita agora no seguimento da alteração da atividade, perguntando se estava perfeitamente integrado no PDM anterior.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, chamando a atenção para o que diz a deliberação de Câmara: “Aprovar a proposta da 1ª Correção Material do PDM e emitir a respetiva declaração. Mais foi deliberado transmitir a deliberação à Assembleia Municipal e à CCDRC”, pelo que este é um assunto que não carece de ser votado, sendo apenas para conhecimento. No entanto, carece de esclarecimento da sua parte quanto às questões que aqui foram colocadas. Continuou dizendo que não se trata de alteração PDM, tratando-se de uma correção material de lapsos que constam deste PDM. Quanto à questão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Unidade de Cuidados Continuados, não tem a ver com o uso, tem a ver com a alteração do polígono de implantação. Ou seja, a Câmara licenciou uma obra com um determinado polígono de implantação. O empresário que adquiriu aquele edifício, quando retomou as obras, ampliou. É essa ampliação que carece da aprovação da correção material, porque a empresa não consegue o licenciamento se isto não fosse feito. Portanto, concluiu, o que se está aqui a fazer é a possibilitar que o empresário altere o polígono de implantação de forma a poder licenciar a obra, e tal não carece de autorização da Assembleia Municipal, tendo vindo aqui apenas para conhecimento.-----

-----7. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia Municipal e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente. Fez ainda algumas referências às obras da Central bem como às obras do Centro Escolar de Porto de Mós que decorrem a bom ritmo, e ainda as obras da EB1 de Calvaria de Cima. Quanto à rotunda no IC2/Tremoceira, disse que o empreiteiro tem um compromisso consigo de que as obras tenham início na próxima segunda-feira e tendo uma duração de dois meses. Disse depois que está em fase de concurso público o arranjo da envolvente das piscinas municipais. Já teve início a 2ª fase do saneamento de Mira de Aire. Vão ter também início as obras da remodelação da conduta em Moitalina, freguesia de Pedreiras. Captação do furo da Paiã, está também em fase de adjudicação. Referiu-se depois ao Plano de Pormenor das pedreiras, sem o qual não seria possível dar continuidade à exploração de pedra nas freguesias de Serro Ventoso e Mendiga. Referiu-se também ao Plano de Pormenor da Área Empresarial de Porto de Mós, que está também a avançar, sendo uma obra que reputa de urgente, pois estão grandes empresas à espera de lotes para se poderem ali instalar. Disse ainda que a zona industrial de Porto de Mós, é considerada uma das zonas industriais de excelência. De acordo com os dados que foram afixados recentemente, Porto de Mós está em segundo lugar no balanço de importação/exportação da Comunidade Intermunicipal, logo a seguir à Marinha Grande, sendo isso fruto do trabalho dos grandes empresários que existem no concelho e também do trabalho que o município tem feito, não só na zona industrial de Porto de Mós, mas também na colaboração que tem sido dada a todos os empresários que aqui se querem instalar.-----

-----Disse depois que queria felicitar os senhores vereadores pelo excelente trabalho que foi feito nos eventos de "Vem Dançar" e "Semana da Educação" e "Downhill" este último com a colaboração do Ribeirense, e que dignificaram em muito este concelho, com o êxito que os mesmos alcançaram. Referiu ainda que Porto de Mós foi um dos quatro concelhos da região a ser contemplado com o Espaço Empresa ficando Porto de Mós dotado com um gabinete destinado a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ajudar todos os empresários para que aqui possam resolver os seus problemas.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que queria apenas reforçar a ideia e a garantia que o senhor Presidente da Câmara deu aqui, de que as escolas com mais de vinte e um alunos não encerram no concelho. O senhor Presidente da Câmara interrompeu, referindo não ter sido isso que disse. O que disse foi que o encerramento das escolas depende essencialmente do número de alunos, mas que existem outras variáveis que condicionam esse encerramento. -----

-----Antonio Pires continuou a sua intervenção tendo como referencia a EB1 de Fonte do Oleiro, dizendo que, se a escola tem alunos, se na pré-primária, segundo informação que possui, existem vinte alunos, a escola tem condições para continuar, não percebendo porque é que se está a levantar esse problema este ano. Disse depois que percebe e concorda com o que disse o senhor Presidente da Câmara e que a bancada do PSD já há oito anos que anda a falar nisso embora na altura o senhor não fosse a favor dos Centros Escolares.-----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora do Pelouro da Educação, dizendo que não percebe qual a preocupação neste momento, até porque foi dito, quanto à escola de Fonte do Oleiro, que ela não corre o risco de fechar neste ano letivo. Segundo conversa havida entre os dois, sabe que o anterior interveniente é apologista dos Centros Escolares, não percebendo por isso o paradoxo. A questão da escola de Fonte de Oleiro não se prende com elementos deste ano letivo. Os cálculos são feitos a longo prazo. Essa questão foi explicada com o aumento da escola da Calvaria de Cima. Esses dados foram apresentados pelo Agrupamento de Escolas, pelo Instituto, pelo próprio Município e outras entidades, chegando-se à conclusão que determinadas escolas a médio/longo prazo, tendem a diminuir de alunos. Quanto à escola de Fonte de Oleiro, a indicação que o executivo tem é de que este ano ela permanecerá a funcionar. Quanto ao ano que vem ter-se-á que esperar para ver o que acontece.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. PROCESSO N.º 06-23/2016 – REQUERENTE - Alfilpedra – Sociedade de Extração e Transformadora de Pedra, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização dos anexos e ampliação da exploração da pedreira denominada "Cabeça Gorda n.º 6", sita em Serro ventoso; 2. PROCESSO N.º 06-6/2017 – REQUERENTE - Bentos – Indústria de Mármore, Ld.ª, requer a Declaração Fundamentada Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da ampliação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da exploração da pedreira n.º 6932, sita em Espinheiro, freguesia de São Bento; 3. PEDIDO DE AQUISIÇÃO DA ÁREA DE 2.407,65 m², RELATIVA AO CAMINHO URBANIZADO ENTRE OS LOTES 3 E 4 E OS LOTES 5, 6 E 7 DA ZONA INDUSTRIAL DO JUNCAL, COMILONGO, FREGUESIA DO JUNCAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS – DOMÍNIO PÚBLICO – Presente uma carta da Sociedade Casal & Carreira Biomassa, S.A., a manifestar interesse em adquirir, os 2.407,65 m², pertencentes ao Domínio Público, relativos aos caminhos existentes com início na rotunda, e entre os lotes 3 e 4, e os lotes 5, 6 e 7 da Zona Industrial do Juncal; 4. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2016; 5. Transferência de verba, para a Freguesia de Calvaria de Cima – Valor de 25.000€ - 2.ª Fase da sede da Junta de Freguesia.; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse ainda que queria aqui assumir o compromisso com os senhores deputados municipais Luís Almeida e Virgílio Santiago e também com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, de agendar uma reunião com o empresário para que possa esclarecer aquilo que pretende construir no Juncal. Disse que trataria de agendar a reunião e que depois lhes comunicaria a data para que cada um possa colocar as questões que entender por bem.-----

-----Para terminar, o senhor Presidente da Assembleia questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o facto de as Marchas de S. Pedro não serem, pela primeira vez, na noite de S. Pedro.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o que condiciona o calendário das Festas de S. Pedro é o dia 29 de Junho. Havia duas opções: ou se recuava para o fim de semana anterior, o que significava começar a 22 ou 23 de Junho. A experiência dos exploradores das Tasquinhas é que as Festas nesta data não dão lucro nenhum. Depois de várias reuniões tidas pelo Fundo Social com pessoas ligadas às Tasquinhas, as datas foram acordadas. Foram também efetuadas reuniões com as pessoas ligadas às Marchas, ficando acordado que as marchas se realizariam no dia 29, não havendo qualquer discordância por parte delas.-----

-----O senhor Vice Presidente usou da palavra dizendo que na noite de S. Pedro terá lugar um espetáculo denominado Crianças ao Palco, que terá lugar na Praça da República, convidando todos os presentes a assistir.-----

-----**José Gabriel Pires Vala** usou ainda da palavra para dizer que com ou sem tasquinhas, a noite de S. Pedro é a 28 de junho, pelo que as Marchas se deviam realizar nessa noite, sob pena de se descaracterizarem, a noite propriamente dita, as marchas e as próprias Festas de S. Pedro.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.00 horas do dia 23 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----
